

CNI lança Agenda Legislativa da Indústria 2022

29 de março de 2022

Na terça-feira (29), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) realizou o lançamento da [Agenda Legislativa da Indústria para o ano de 2022](#). A Agenda visa listar as propostas legislativas que interessam ao setor, bem como o posicionamento da indústria a respeito delas. Além disso, a Agenda de 2022 tem como foco principal a defesa da Reforma Tributária (PEC 110/2019) e mitigação dos efeitos causados pela pandemia da Covid-19. A cerimônia ocorreu na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em formato híbrido.

Participaram da Cerimônia:

- **Robson Braga de Andrade**, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- **Eduardo Bismarck (PDT/CE)**, 1º secretário suplente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados;
- **Eduardo Gomes (MDB/TO)**, líder do governo no Congresso Nacional.

Cerimônia de Lançamento

Durante a cerimônia de lançamento, a CNI destacou que o motivo pelo qual a PEC 110/2019 será a principal prioridade da Agenda é o cenário de dificuldades que a falta de competitividade das empresas traz para o país. Em um cenário pós pandemia da Covid-19, a indústria considera que a maior necessidade é a retomada do crescimento do Brasil. Com a aprovação da Reforma Tributária, portanto, tanto empresas quanto governos estaduais contarão com mais segurança.

O presidente da entidade, **Robson Braga de Andrade**, destacou que a Agenda apresenta o posicionamento da Confederação sobre 151 propostas, mas que dentre estas, 12 proposições compõem a [Pauta Mínima da CNI](#), definidas com base naquelas que representam maior impacto para o setor produtivo. Ainda, ao longo do lançamento, a CNI transmitiu mensagens de alguns parlamentares, a respeito de projetos constantes na Agenda da Indústria.

Uma das parlamentares que se manifestou foi a deputada **Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)**. Em sua fala, Zanotto defendeu o marco legal do empreendedorismo, ressaltando a necessidade de aprovação do texto do Senado, tendo em vista que, segundo a deputada, as micro e pequenas empresas foram as que mais sofreram com os efeitos da pandemia, embora representem 54% da força de trabalho.

www.bmj.com.br

Brasília: SHIS QI 25 CJ 12 Casa 15, Lago Sul CEP: 71.660-620. TEL: + 55 61 3223 2700

São Paulo: Rua Ramos Batista, 152, 13º andar. Vila Olímpia CEP: 04552-020. TEL: +55 11 3044 5441

Belo Horizonte: Avenida Getúlio Vargas, 671, Cj. 7 a 12, Funcionários CEP 30.112-020 TEL.: +55 31 3657 7768

O deputado **Sanderson (PL/RS)** falou em favor do projeto que moderniza a gestão de florestas públicas, destacando que o Projeto de Lei (PL) 5518/2020 aprimora a conservação do meio ambiente, sem travar o crescimento econômico do país.

O senador **Alexandre Silveira (PSD/MG)** ressaltou a importância do diálogo entre o setor privado e o Legislativo federal na construção de um país próspero e unido.

O senador **Confúcio Moura (MDB/RO)**, em sua fala, parabenizou a CNI pelo estabelecimento da agenda prioritária do setor, uma vez que, para o senador, essa ação permite que a indústria volte a crescer e gerar empregos.

O deputado **Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)** solicitou, em mensagem de vídeo, que o Senado Federal mantenha um esforço para a aprovação do projeto que dispõe sobre as debêntures de infraestrutura, ajudando a viabilizar investimentos e incentivando o desenvolvimento sustentável. Ademais, destacou seu desejo de que o cenário de eleições não contamine a pauta legislativa das Casas. Afirmou, ainda, que o relatório sobre o projeto que trata de concessões e parcerias público-privadas (PL 7063/2017) está pronto para pauta do Plenário e que espera que possa ser colocado em votação em um momento oportuno.

O deputado **Efraim Filho (UNIÃO/PB)** se expressou a respeito do Projeto de Lei Complementar (PLP) 178/2021, de sua autoria, afirmando que a aprovação da Reforma Tributária ainda pode passar por intempéries, ao passo que o PLP 178/2021, que dispõe sobre o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, se adapta a qualquer cenário e que, por isso, precisa ser aprovado.

O deputado **Julio César (REPUBLICANOS/DF)**, em uma fala rápida, destacou a importância do projeto que dispõe sobre a prorrogação dos incentivos fiscais de IRPJ e reinvestimento nas áreas de atuação da Sudam e Sudene (PL 4416/2021).

O senador **Flávio Arns (PODEMOS/PR)** aproveitou sua fala para parabenizar a apresentação da Agenda da Indústria, afirmando que as pautas em questão auxiliam o crescimento econômico e social do Brasil e qualifica o diálogo entre a CNI e o Congresso Nacional.

O senador **Jean Paul Prates (PT/RN)** afirmou que a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro tem caído e que precisa ser retomada, uma vez que, nas palavras do senador, esse setor gera mais empregos que qualquer outro setor da economia. Nesse contexto, o senador aproveitou para lembrar que relatou o marco legal das ferrovias e apresentou um projeto que regulamenta a produção *offshore* de energia eólica (PL 576/2021) e outros tipos.

O deputado **Eduardo Bismarck (PDT/CE)** usou sua fala para ressaltar que os esforços quanto à pauta mínima são muito importantes para o país, e classificou dentre as propostas que a compõem, a Reforma Tributária (PEC 110/2019) e o PERT (PL 4728/2020) como as mais importantes. Na ocasião, o deputado expressou que as proposições também são prioritárias no Congresso Nacional e que, portanto, as Casas Legislativas não deixarão de dar atenção a essas matérias. Além disso, citou também a importância da discussão sobre a inteligência artificial na

indústria, que se encontra no Senado Federal. A expectativa é de que este projeto sobre o marco legal da inteligência artificial seja incluído na Agenda Legislativa da Indústria para o próximo ano.

O líder do governo no Congresso Nacional, **Eduardo Gomes**, firmou o compromisso do Congresso com a Agenda Legislativa da Indústria, ressaltando o papel do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), que tem insistido com os parlamentares e com o governo federal na votação de matérias de relevância nacional, com foco na Reforma Tributária. O senador afirmou que há expectativas de que a PEC 110/2019 seja aprovada ainda neste ano, dado o esforço das Casas na construção de um texto comum à maioria dos parlamentares. Ademais, o senador aproveitou para informar que, nesta quarta-feira (30), pela manhã, será instalada uma comissão de juristas, presidida pelo ministro Ricardo Villas Bôas Cueva (STJ), destinada a condensar todos os projetos sobre inteligência artificial, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, visando a aprovação de uma legislação eficiente, dentro de 180 dias. Para o próximo ano, Eduardo Gomes sugeriu levar em consideração a formulação dos efeitos e impactos do que o país tem vivido, por exemplo, na área de ferrovias e recursos hídricos.

Vale destacar que, dentre os projetos que compõem a pauta mínima, está o PL que dispõe sobre a modernização do setor elétrico. A matéria não teve seu teor discutido profundamente durante a cerimônia, mas o projeto consta na agenda porque, segundo a CNI, o setor consome 35% do total de energia produzido no Brasil e possui as tarifas mais altas, quando comparadas com outros países.